

Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos

Projeto da mina de cobre de Quebradona, Diocese de Jericó, Colômbia

Município de Jericó, Departamento de Antioquia, Colômbia

Edgar Antonio López

Professor da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Javeriana



Resumo

Em 2007, a empresa sul-africana AngloGold Ashanti chegou à região sudoeste do departamento de Antioquia, nos Andes colombianos, com o objetivo de extrair ouro e cobre, no que ficou conhecido como o projeto de mineração Quebradona. Em 2007, ela obteve uma licença de exploração, mas ainda não recebeu a autorização para iniciar as operações. O caso documenta como a comunidade católica, liderada por seu bispo diocesano e por uma comunidade religiosa feminina, capacitou as comunidades locais nos ensinamentos da ecologia integral e as acompanhou na mobilização contra as tentativas ilegais da empresa de iniciar atividades de perfuração. O caso destaca três áreas principais de resposta. A primeira é o apoio comunitário por meio da participação em atividades de mobilização e na defesa jurídica. A segunda área é a formação em ecologia integral e a conscientização sobre os impactos ambientais da mineração. Isso é especialmente importante no contexto da divisão da comunidade quanto aos potenciais benefícios das atividades de mineração em sua região. Uma terceira área é a defesa de direitos para impedir a expansão da mineração em áreas ecologicamente frágeis e para promover uma melhor distribuição das receitas da mineração e a remediação ambiental onde as atividades de mineração já ocorrem. De modo geral, o caso documenta como os marcos teológicos são traduzidos em ações para proteger a dignidade humana e cuidar da criação, ao mesmo tempo em que destaca o papel da liderança eclesial.

1. Contexto geral

A mineração é uma atividade econômica historicamente ligada à formação da sociedade colombiana. No entanto, como ocorre atualmente em muitos países da África, Ásia, América Latina e Caribe, a priorização da mineração como fonte de crescimento econômico tem alimentado uma forma de neo-extrativismo com graves consequências para muitas comunidades locais e seus territórios (Sánchez, 2016).

A extração de metais do subsolo e sua exportação representam um setor muito significativo do comércio internacional da Colômbia. Embora tenha contribuído com apenas 0,99% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025, o setor foi responsável por aproximadamente 22,1% do valor total das exportações nacionais (ANM, 2025). Os principais produtos minerais comercializados pela Colômbia naquele mesmo ano foram carvão (44%), ouro (39%), ferromnês (4,2%) e esmeraldas (1,1%). O setor de mineração (excluindo a extração de hidrocarbonetos) empregava 260.141 pessoas em 2025 (ANM, 2025), representando apenas 1,04% da força de trabalho colombiana de 25 milhões.

Ao lado das empresas de mineração que operam legalmente e às quais a legislação colombiana é adaptada (Urrea e Rodríguez, 2014, pp. 92–100), a mineração ilegal tem se tornado cada vez mais uma fonte de financiamento para grupos armados que operam à margem da lei e se dedicam a outros comércios ilícitos, como cannabis, coca e papoulas. Esses grupos armados utilizam o deslocamento forçado da população civil como estratégia criminosa para assumir o controle do território, o que frequentemente leva à concentração da propriedade da terra (CNMH, 2016, pp. 76-81). A Colômbia apresenta um dos piores índices de distribuição de terras do mundo, com um índice de Gini de 0,89 (IGAC, 2024); ou seja, 10% dos proprietários detêm mais de 80% das terras rurais. O deslocamento forçado e a concentração fundiária têm sido associados ao aumento tanto da mineração legal quanto da ilegal. De acordo com um estudo (Ruiz, Castillo e Forero, 2018, p. 27), mais da metade dos municípios da Colômbia relata uma correlação entre altas taxas de deslocamento, por um lado, e o registro de atividades de mineração e extração de energia, por outro.

Nesse contexto, a exploração de comunidades marginalizadas e empobrecidas, bem como a pilhagem devastadora de seu subsolo, tornou-se motivo de preocupação entre alguns setores da Igreja Católica colombiana, conforme refletido na mensagem final da 92ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal da Colômbia (CEC) em 2012 (CEC, 2012). Em

sua mensagem, os bispos expressaram grave preocupação com a presença de projetos de mineração nos territórios de comunidades camponesas, indígenas e afro-colombianas e com seus impactos sociais e ambientais, tais como o desmatamento, o enfraquecimento da agricultura, o aumento do desemprego, da pobreza e da morbidade, e o surgimento de novas formas de violência.

Embora a mineração de pequena escala tenha sido praticada sem qualquer regulamentação estatal por comunidades afro-descendentes, indígenas e rurais colombianas há séculos, como parte de suas tradições culturais, nos últimos anos, grupos armados ilegais passaram a recorrer à mineração como uma nova forma de financiar suas atividades criminosas. A mensagem dos bispos, portanto, também alertou contra a confusão entre a mineração informal praticada por muitas comunidades ancestrais e a mineração ilegal promovida por diversos grupos armados.



Inspirados pelo mandato divino de administrar a criação com responsabilidade (Gn 2,15), os bispos colombianos defenderam, em seu documento de 2012, um modelo de desenvolvimento centrado no respeito à dignidade humana e aos direitos humanos fundamentais. Eles exortaram o Estado colombiano a elaborar um novo código de mineração, moderno e justo, com base em consultas às comunidades, e instaram a indústria de mineração a investir seus lucros de forma ética, com justiça e equidade, no desenvolvimento nacional e regional. Além disso, pediram que a sociedade colombiana estivesse consciente de sua responsabilidade para com a criação e incentivaram os cidadãos a fortalecer a democracia e promover um modelo de desenvolvimento em harmonia com a natureza. Em sua mensagem, os bispos comprometeram-se a permanecer ao lado do povo colombiano *“na busca pela verdade e pela justiça a serviço da vida, promovendo o diálogo construtivo e evitando a violência”*, bem como a acompanhar *“o Estado, o setor de mineração e o povo colombiano na promoção de um desenvolvimento humano que seja holístico, baseado na solidariedade e sustentável”* (CEC, 2012).

Três anos após a mensagem da CEC e motivados pela publicação da encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, em junho de 2015, doze bispos das províncias eclesiais de Medellín e Santafé de Antioquia assinaram uma carta pastoral para expressar sua preocupação com os graves impactos da mineração nos departamentos de Antioquia e Chocó. Eles descreveram como a substituição da mineração tradicional pela mineração mecanizada e em grande escala havia provocado a destruição ambiental e a intensificação dos conflitos sociais. Além do esgotamento das fontes hídricas e de sua contaminação por resíduos químicos, a concessão de licenças de mineração para explorar áreas destinadas à agricultura impôs mudanças culturais que ameaçavam a identidade de muitas comunidades e as excluía dos processos de tomada de decisão. Eles observaram que as práticas tradicionais de agricultura e pesca estavam sendo progressivamente abandonadas devido ao deslocamento da população como resultado da mineração em grande escala.

Os doze bispos de Antioquia e Chocó destacaram como o poder político e econômico de certas empresas de mineração lhes permitia exercer influência sobre os governos locais, garantir isenções fiscais e escapar da fiscalização tributária. Eles alertaram que as práticas de mineração – tanto legais quanto ilegais – proporcionavam terreno fértil para a corrupção e a criminalidade, facilitando o suborno e a captura do Estado. Eles também apontaram que a legislação colombiana sobre mineração, especialmente a Lei 685 de 2001, que concede benefícios a empresas de mineração estrangeiras e nacionais e permanece em vigor até hoje, não estava voltada para o bem comum e que muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e rurais se sentiam abandonadas (Bispos de Medellín e Santafé de Antioquia, 2015). Eles mencionaram o desmoronamento familiar, o alcoolismo, a prostituição, o abuso sexual infantil, a violência, a corrupção, a ganância e a violação dos direitos coletivos como fenômenos associados à mineração em grande escala em seus territórios. Para lidar com isso, os doze bispos incentivaram os agentes pastorais a se manterem devidamente informados sobre as consequências da mineração, a se formarem em ecologia integral e a levarem estilos de vida simples que promovam

o cuidado com nossa casa comum. Ecoando o documento da CEC de 2012, os doze bispos defenderam um modelo de desenvolvimento em harmonia com a natureza e centrado na dignidade e da pessoa humana e em seus direitos fundamentais. Eles exortaram o governo a revisar a legislação sobre mineração e os acordos de livre comércio, bem como a garantir o controle ambiental. Eles enfatizaram a necessidade de organizar e legitimar a mineração artesanal, bem como de monitorar e regulamentar a mineração industrializada. Embora reconhecessem que algumas empresas de mineração dialogavam com as comunidades locais, agiam com prudência ecológica e demonstravam consciência social, eles exigiram que todos os projetos de mineração fossem submetidos a consulta pública e que houvesse uma distribuição mais equitativa dos lucros da mineração.

Além dessas duas declarações oficiais, a CEC, em colaboração com a Cáritas Colômbia, realizou uma pesquisa semiestruturada em 2013 para explorar a percepção dos impactos da indústria de mineração entre setenta e quatro representantes católicos de diferentes jurisdições eclesiais. A pesquisa se concentrou nas ligações entre a indústria de mineração e a intensificação do conflito, a exploração e o uso de recursos, a presença de grupos armados ilegais e o deslocamento de comunidades (Polanía e Henao, 2022). Em 2020, a Cáritas Colômbia realizou uma nova pesquisa com 104 representantes de todas as jurisdições eclesiais do país para avaliar os impactos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais da economia extrativa. Tomando a pesquisa de 2013 como referência, os resultados da pesquisa de 2020 revelaram um agravamento dos indicadores sociais, ambientais, econômicos e culturais desde 2016, ano em que o governo colombiano assinou um acordo de paz com o grupo guerrilheiro FARC-EP. O novo estudo revelou altos índices de pobreza, um declínio na qualidade de vida e danos ao tecido social nas comunidades. Também revelou uma falta generalizada de compromisso por parte das empresas de mineração com as comunidades locais, bem como o descumprimento do processo obrigatório de consulta prévia ou pública, violando assim um direito fundamental (Polanía e Henao, 2022, p. 38).

Apenas metade das jurisdições eclesiais pesquisadas considerou a mineração uma atividade necessária para a economia local, e muito poucos participantes mencionaram seus efeitos positivos, como a revitalização econômica, o aumento do emprego e os benefícios sociais decorrentes da arrecadação tributária. A maioria dos entrevistados relatou efeitos econômicos negativos, como distorções na economia local, aumento dos preços e o desaparecimento das atividades tradicionais de mineração. Em 58% dos projetos de mineração mencionados na pesquisa, não foram registrados efeitos sociais positivos, e em 82% das dióceses, não foram relatados efeitos ambientais positivos.

Os resultados da pesquisa forneceram um registro do papel da Igreja no acompanhamento das comunidades afetadas pela mineração. Entre as ações relatadas pelos entrevistados estavam a participação direta em processos políticos, a divulgação de informações, o treinamento em técnicas de negociação e a mediação entre as comunidades locais e as autoridades governamentais. As pesquisas também revelaram que, em cada jurisdição eclesial, foram criadas páginas da web dedicadas a fornecer informações sobre o setor extrativo e suas consequências. Outras atividades de apoio relatadas incluíram apoio emocional, social, pastoral e espiritual; prestação de serviços diretos às comunidades afetadas; trabalho de defesa de direitos; capacitação de líderes comunitários; sensibilização sobre a situação da mineração nos âmbitos local, nacional e internacional; e facilitação do diálogo com o governo e as empresas de mineração para incentivá-las a cumprir a regulamentação ambiental e respeitar os direitos das comunidades locais (Polanía e Henao, 2022, p. 40).

Ao lado da CEC e da Cáritas, outra instituição católica que tem trabalhado em estreita colaboração com comunidades afetadas pela mineração em várias regiões da Colômbia é o Centro de Pesquisa e *Educação Popular* (CINEP), fundado em 1972 pela Companhia de Jesus. Além de seu trabalho de pesquisa, que alimenta importantes bancos de dados de acesso público, o CINEP oferece capacitação e apoio às comunidades afetadas. Atualmente, trabalha em conjunto com o Programa pela Paz (*Programa Por la Paz*, PPP). O CINEP/PPP publica a revista *Controversia*, que já apresentou várias edições especiais sobre mineração, como a publicada em julho de 2017 sobre o neoextrativismo e a reprimarização da economia como consequência de acordos internacionais sobre matérias-primas (Duarte, 2017), e outra publicada em novembro de 2025 sobre justiça ambiental e resistência popular ao poder corporativo (Matiz González e Ortiz Fonseca, 2025).

O CINEP/PPP publicou vários relatórios sobre mineração para destacar a situação em diferentes regiões afetadas pelo neoextrativismo, como *“Meio Ambiente, Mineração e Pós-Conflito na Colômbia: Os Casos de Catatumbo e do Sul de Bolívar”* (Aponte, Arboleda e Barrera, 2016); *Mineração de ouro e comunidades locais no sul de Córdoba, na Colômbia: o caso da mina El Alacrán* (Medina, Cuenca, Serrano e Carrillo, 2019); *“A Cerrejón Sempre Vence? Entre a impunidade corporativa por violações dos direitos humanos e a busca por reparação integral em tempos de transição”* (Censat Agua Viva e CINEP/PPP, 2023); e *“As comunidades e sua relação com o setor de mineração e energia no século XXI”* (CINEP/PPP e UPME, 2024). O CINEP/PPP também publicou vários livros em colaboração com outras organizações, incluindo *“Extrativismo e pós-conflito na Colômbia: desafios para a paz territorial”* (Ulloa e Coronado, 2016), *“Enquanto Sonharmos”. Extrativismo e Interculturalidade no Sul de La Guajira* (Archila et al., 2015), que aborda o processo de consulta prévia e autônoma com o povo Wayúu em El Cerrejón.¹



Um exemplo recente do apoio prestado pelo CINEP/PPP às comunidades afetadas foi a apresentação de um relatório às Nações Unidas sobre os impactos ambientais da contaminação da água por mercúrio e os riscos enfrentados pelos defensores dos direitos humanos nos territórios dos povos afro-colombianos e indígenas na região do Baixo Atrato, no Chocó. Após a apresentação do relatório em fevereiro de 2025, uma equipe do CINEP/PPP participou da audiência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em novembro de 2025, ao lado de representantes da comunidade.

As declarações acima dos bispos colombianos e a breve visão geral das ações empreendidas pela Igreja Católica em apoio às comunidades afetadas pelo neoextrativismo na Colômbia (conforme relatado na pesquisa da Caritas de 2020) fornecem algumas informações contextuais sobre o caso do projeto de mineração de cobre Quebradona, no município de Jericó (Departamento de Antioquia, noroeste da Colômbia), e a resistência não violenta da comunidade local contra a empresa de mineração AngloGold Ashanti, com sede na África do Sul. O projeto Quebradona é o objeto deste estudo de caso, pois é um dos exemplos que melhor ilustra o envolvimento direto e ativo da Igreja Católica colombiana no cuidado com nossa Casa Comum diante da ameaça representada pela mineração.

2. O projeto Quebradona e a resistência comunitária não violenta

O sudoeste do departamento de Antioquia, nos Andes colombianos, caracteriza-se por uma biodiversidade muito rica, com fontes hídricas abundantes que sustentam a vida de inúmeras espécies vegetais e animais; no entanto, seu subsolo também contém grandes depósitos de cobre, ouro e prata. Em 2007, a AngloGold Ashanti chegou à região com o objetivo de extrair 4,9 milhões de toneladas desses minerais, no que ficou conhecido como o projeto de mineração Quebradona.

Em 2007, a empresa obteve pela primeira vez autorização do governo departamental para explorar e adquiriu cinco títulos de propriedade de terrenos que somavam 7.595 hectares. A fase inicial de exploração durou onze anos (inicialmente três anos, com quatro prorrogações de dois anos cada), o que corresponde ao prazo máximo permitido pelo código de mineração colombiano. Em 2018, a empresa unificou os cinco lotes a fim de obter uma nova licença de exploração e ganhar

¹ Veja também os capítulos do livro na publicação do CINEP/PPP *“La Guajira: Entre a criação de zonas de sacrifício e a proteção integral do território”* (Ortiz e Perneth, 2024), e o artigo *“Conflitos territoriais com projetos de mineração em Cañaverale, La Guajira”* (Giraldo Salazar, 2022).

mais tempo (Hernández, 2025). Em 2019, a AngloGold Ashanti solicitou à Autoridade Nacional de Licenças Ambientais (*Autoridad Nacional de Licencias Ambientales*, ANLA) uma licença para iniciar a mineração dos depósitos de cobre e ouro. No entanto, em 2021, a ANLA arquivou o pedido devido a falhas na avaliação de impacto ambiental apresentada pela empresa (Giraldo, 2025c).

Apesar dessa pausa no processo, o prefeito do município de Jericó permitiu que a empresa realizasse algumas obras em uma propriedade pública conhecida como Lusitânia. Como o local também abriga um reservatório de água, o objetivo é proteger o abastecimento de água para um dos aquedutos rurais. A empresa aproveitou a oportunidade para instalar uma plataforma de perfuração e realizar perfurações no local. Em novembro de 2022, um grupo de trabalhadores da AngloGold Ashanti, vestidos à civil, invadiu a propriedade de um agricultor na zona de Vallecitos para instalar plataformas de perfuração sem autorização (Sánchez, 2025b). Essa atividade não autorizada desencadeou um protesto não violento da comunidade rural para impedir a perfuração nessa área protegida. As atividades clandestinas dos funcionários da empresa acabaram por fortalecer a mobilização social da comunidade, que havia se organizado por meio do Coletivo Imagina Jericó (IPC, 2023).²

A presença da AngloGold Ashanti em Jericó dividiu a população e rompeu profundamente o tecido social, criando um conflito entre duas visões diferentes de desenvolvimento: uma guiada por uma lógica capitalista de acumulação e lucro a qualquer custo, e outra baseada no patrimônio cultural e na defesa dos modos de vida tradicionais e dos ecossistemas (Sánchez, 2025b). Alguns moradores foram convencidos pelos argumentos da empresa de que o projeto traria benefícios às populações locais por meio da criação de novos empregos e da atração de investimentos financeiros. A empresa prometeu que, quando estivesse em pleno funcionamento, a mina geraria um lucro anual de US\$ 5 milhões e pelo menos 3.000 empregos (Landis, 2024).

Em 2016, a AngloGold Ashanti pagou as despesas de viagem dos diretores das três escolas públicas de Jericó para que pudessem visitar um de seus projetos de mineração no Brasil e, posteriormente, influenciar a educação das gerações mais jovens (Rutas del conflicto, 2024). Além disso, a empresa de mineração está pagando os salários de alguns professores e cobrindo os custos do transporte escolar, assumindo assim uma responsabilidade que cabe ao município. A empresa também dedicou recursos significativos ao envolvimento da comunidade por meio de “*um programa esportivo para jovens, uma banda musical, a reforma de uma escola de ensino médio, uma creche e o plantio de árvores, a promoção do turismo e outros investimentos diretos em pequenos negócios locais*” (Landis, 2024). Embora essas ações possam ser vistas como parte da responsabilidade social corporativa da empresa, elas são, na verdade, estratégias por meio das quais a empresa de mineração busca obter o apoio dos moradores.

Embora a AngloGold Ashanti negue a existência de fontes de água subterrâneas na área e descarte as preocupações com o afundamento do solo, alguns moradores estão cientes dos riscos potenciais que o projeto representa devido aos danos que poderia causar aos aquíferos, rios e terras. De acordo com a organização Visión Suroeste, a AngloGold Ashanti precisaria remover 130 milhões de toneladas de rocha para extrair o cobre e outros minerais. Isso causaria o afundamento de 73 hectares de terra e geraria 119 milhões de toneladas de resíduos tóxicos, que seriam contidos em uma barragem de rejeitos a apenas dois quilômetros do rio Cauca. Devido a chuvas torrenciais, secas e instabilidade do solo, os resíduos poderiam entrar no rio e contaminar a água da qual as populações locais dependem para sua subsistência (Hernández, 2025).

Em 2 de dezembro de 2025, a Agência Nacional de Mineração (*Agencia Nacional de Minería*, ANM) negou uma nova prorrogação da licença de exploração para o projeto Quebradona por dois anos, alegando o enfraquecimento das relações sociais no território e a falta de esforços para garantir a viabilidade ambiental (Giraldo, 2025b).

A AngloGold Ashanti utiliza a legislação colombiana para deslegitimar e criminalizar protestos pacíficos e intimidar a população. Embora afirme respeitar os protestos pacíficos e não ter envolvimento em exploração ilegal, a empresa alega

² Fundado em 2021 por jovens locais para resistir às atividades de mineração em Jericó, o Coletivo se mobiliza por meio de ocupações, ativismo artístico, apoio jurídico e atividades espirituais em coordenação com a Igreja Católica.

que os protestos perturbam a ordem pública, causam danos à propriedade e interferem em suas operações (Wallace, 2025). No entanto, segundo um advogado que defende os manifestantes, não houve uso de violência nos nove atos de resistência organizados pela comunidade entre 2022 e 2023, e todos foram manifestações de direitos civis e políticos, como ocupações e assembleias permanentes (Giraldo, 2025a).

Em outubro de 2025, ocorreram confrontos armados em Palocabildo (um distrito do município de Jericó) entre o Exército Nacional e o Clã do Golfo, o que sinalizou a presença de grupos armados criminosos operando na área. Espera-se que as autoridades garantam a segurança da população e impeçam que a violência do conflito armado interfira nos processos de resistência não violenta liderados pela comunidade. No entanto, essa nova presença de grupos criminosos complica o contexto em que a Igreja Católica e outros setores da sociedade civil atuam em defesa dos direitos coletivos das comunidades humanas e dos direitos da natureza (Corporación Jurídica Libertad, 2025).

A seção seguinte analisa algumas das iniciativas de apoio, capacitação e defesa realizadas pela Igreja Católica em Jericó. A participação ativa de certos representantes da Igreja destaca a importância de marcos teológicos que criticam as atividades econômicas dentro do paradigma da ecologia integral e sua tradução em ações que promovam a proteção da dignidade humana e o cuidado com a criação (Galvis e López, 2026).

3. Ações da Igreja Católica em relação ao Projeto Quebradona

Apoio à comunidade

O Projeto Quebradona ainda não recebeu autorização legal para avançar além da fase de exploração. As tentativas clandestinas de perfuração da empresa, que visavam iniciar a exploração dos depósitos antes da obtenção da autorização legal, foram frustradas pela resistência não violenta da comunidade. O caso traz à tona a escassa consideração que a AngloGold Ashanti tem demonstrado pelo consentimento livre, prévio e informado (CLPI) das comunidades. Essa situação constitui uma grave violação dos direitos da comunidade, já que o direito de dizer “não” à atividade mineradora é um componente fundamental do direito ao CLPI (Deneulin e Montevecchio, 2025).

Em resposta à ameaça ambiental representada por uma nova tentativa ilegal de perfuração, em 13 de dezembro de 2023, mais de cinquenta pessoas das aldeias afetadas, incluindo duas freiras de uma congregação religiosa colombiana (as Missionárias de Madre Laura), impediram que os funcionários da empresa continuassem suas operações clandestinas na área. Os manifestantes pacíficos solicitaram que a polícia, o prefeito e o Ministério Público comparecessem ao local e retirassem os funcionários da propriedade. No entanto, os funcionários da empresa, ao contrário, acusaram a população local de mantê-los como reféns (Hernández, 2025).

A Congregação das Missionárias de Madre Laura está presente em Jericó desde 1964, e suas integrantes têm apoiado a resistência da comunidade desde que a AngloGold chegou, em 2007. A irmã Elizabeth Rúa explica que sua motivação para apoiar a comunidade nesse ato coletivo de resistência é a proteção da terra. “*Se não houver terra*”, diz ela, “*se a água for prejudicada, tudo fica prejudicado, apenas para trazer riqueza a outros. A terra é a mãe; é nela que devemos semear para ter alimento, e quem cuida da terra cuida da água*” (Sánchez, 2025a).



Durante o protesto, alguns agricultores carregavam facões e outros objetos cortantes como parte de seu traje agrícola tradicional. No entanto, a empresa de mineração denunciou esses objetos às autoridades como porte ilegal de armas. Um dos agricultores levou seu cão ao protesto, e o animal mordeu um dos trabalhadores durante a briga (Hernández, 2025). Como resultado, onze agricultores que participaram do protesto não violento foram acusados de sequestro e lesão corporal. Além disso, alguns manifestantes que já haviam trabalhado nas instalações da empresa de mineração desmontaram as máquinas perfuradoras e as entregaram à polícia para que fossem devolvidas à AngloGold Ashanti (já que a atividade de perfuração não era autorizada). Eles foram acusados, em vez disso, de furto agravado.



O poder público solicitou prisão domiciliar porque, alegadamente, os onze agricultores representavam um risco para a comunidade e para as vítimas. Seu advogado de defesa caracteriza esses agricultores, ao contrário, como membros de comitês de fiscalização cidadã e de organizações sociais, tais como o Comitê Ambiental de Jericó,³ como presidentes dos Conselhos de Ação Comunitária e autoridades em associações comunitárias de abastecimento de água (Giraldo, 2025a). Este caso é uma clara ilustração da tendência crescente, em nível global, de criminalização do protesto social,⁴ e do uso do direito penal para atacar a parte mais fraca em um conflito socioambiental (Hernández, 2025). As denúncias com as quais a AngloGold tem procurado retratar os agricultores que defendem seu território como uma ameaça visam deslegitimar a resistência comunitária não violenta e instigar o medo na população camponesa. Tal criminalização do protesto enfraquece os processos organizacionais e intimida as comunidades (Sánchez, 2025c).

De acordo com a Defensoria Pública, em casos de criminalização do protesto social, cabe ao Estado proteger aqueles que defendem pacificamente seus direitos e suas terras. Conforme declarou logo após a prisão deles: *“Manifestamos nossa preocupação com o processo judicial contra onze líderes camponeses e defensores ambientais no município de Jericó. O Estado colombiano tem a obrigação de garantir o direito de defender os direitos. Isso inclui aqueles que defendem a água, as florestas e a vida a partir de dentro dos territórios”* (Hernández, 2025). Em 2 de junho de 2025, o tribunal municipal de Jericó determinou que os onze camponeses não precisavam ser privados de liberdade e que bastava impedir que deixassem o país para que pudessem comparecer perante o tribunal periodicamente.

Além do envolvimento direto das Missionárias de Madre Laura na resistência não violenta, a Igreja Católica tem apoiado a resistência não violenta da comunidade, oferecendo acompanhamento emocional, social, pastoral e espiritual por meio de sua participação na rede “Iglesias y Minería”. A seção colombiana dessa organização intereclesial levou o caso de Quebradona à atenção internacional e sensibilizou a opinião pública sobre a criminalização dos manifestantes, somando sua voz ao coro “Água, sim; mineração, não” (Iglesias y Minería, 2025).

Defesa dos direitos

Outra iniciativa significativa da Igreja Católica em Jericó é a defesa dos direitos humanos e ambientais, para a qual a capacitação da comunidade eclesial e de seus pastores tem sido fundamental. Como explica um dos onze manifestantes acusados: “Somos profundamente católicos e, nessa luta, Deus está conosco” (Hernández, 2025). Esse agricultor lembra-

³ A Mesa Ambiental de Jericó é um fórum de participação cidadã e diálogo comunitário. Foi criada em 2008 por algumas famílias de cafeicultores para defender a água e a terra.

⁴ Consulte o relatório do Centro de Negócios e Direitos Humanos (BHRC, 2026), que destaca o assédio judicial como uma das principais formas de ataque contra defensores da terra e do meio ambiente.

se de ter ido a Medellín em setembro de 2017 para ver o Papa Francisco, com as palavras dele gravadas em seu coração: “A mensagem de Sua Santidade naquele dia foi muito clara: cuidem deste planeta, pois é a única coisa que vocês têm” (Hernández, 2025).

Suas palavras revelam o quanto os ensinamentos da Igreja na encíclica *Laudato Si'* significaram para a comunidade camponesa de Jericó. A irmã Magnolia Parra expressa o que a comunidade aprendeu ao estudar a encíclica da seguinte forma: “Não podemos sacrificar a vida de um povo, ou de povos, em nome de interesses econômicos. O mesmo vale para a riqueza da terra, a verdadeira riqueza; não o ouro, nem o cobre, nem nada do gênero” (Abondano, 2025).

O bispo Noel Antonio Londoño também tem apoiado a resistência da comunidade desde sua nomeação para a diocese de Jericó, em 2013. No início de seu ministério episcopal, as pessoas lhe perguntaram se o projeto era bom para a comunidade ou não. Posteriormente, ele estudou o assunto e participou de debates acadêmicos, fóruns científicos e até mesmo dos eventos organizados pela própria empresa (Zuleta, 2023).

O bispo Londoño identificou uma lacuna na formação do clero da diocese e decidiu corrigi-la. Como ele explica: “Fiquei convencido de uma coisa: o clero não sabe o que significa ecologia porque nunca lhes ensinaram isso. Por isso, para os atuais seminaristas e para os recém-ordenados, eu mesmo ministrei um curso chamado ‘ecoteologia’, baseado na encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco” (Zuleta, 2023). Esse curso renovou a compreensão teológica do clero local sobre a relação entre a humanidade e nossa casa comum através da perspectiva do cuidado, com base nos ensinamentos da *Laudato Si'*. Deus confiou a Natureza e tudo o que ela contém aos cuidados da humanidade, e os campos precisam ser cultivados e os minerais extraídos com a obrigação de preservar a Terra (Zuleta, 2023).

Em uma carta de solidariedade em resposta à perseguição por parte de alguns políticos da região, cinquenta organizações eclesiais, bem como cinquenta membros da “Iglesias y Minería”, reconheceram o trabalho do bispo Londoño na promoção dos ensinamentos da Igreja sobre ecologia integral.⁵ A carta diz: “Obrigado, Monsenhor Noel, por levantar sua voz e exortar a comunidade cristã da Diocese de Jericó a reconhecer a relação entre a mensagem cristã e o cuidado com nossa casa comum por meio do livreto que divulga a Carta Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco e da carta pastoral *Reflexões sobre a Mineração*” (Comissão Intereclesial de Justiça e Paz, 2022).

No que diz respeito ao Projeto Quebradona, uma das maiores preocupações do bispo Londoño é a construção de barragens de rejeitos caso o projeto seja levado adiante. Referindo-se às tragédias ocorridas em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019, no estado brasileiro de Minas Gerais (ver o estudo de caso “Brasil: Belo Sun” nesta coletânea), ele observou que a empresa de mineração havia vendido as barragens de rejeitos ao Estado antes de elas desabarem e que o Estado brasileiro considerava não ter qualquer responsabilidade pelo desastre. Ele temia que a construção de barragens de rejeitos próximas ao rio Cauca pudesse contaminar suas águas a longo prazo (Londoño, 2026).

As reservas expressas publicamente pelo bispo em relação ao projeto Quebradona suscitaram críticas de alguns membros da classe política e econômica de Jericó. Um líder empresarial, um ex-vereador e um ex-prefeito escreveram uma carta aberta em janeiro de 2023 para repreender o bispo por ter afirmado na mídia que “a AngloGold Ashanti chegou a Jericó com mentiras e [...] que a empresa faz doações irrisórias, distribui camisetas de ciclismo para as crianças, faz pagamentos mensais à Prefeitura e que a maioria dos vereadores de Jericó foi cooptada” (Salas, 2023).

Além da participação de religiosos e padres na resistência comunitária não violenta, os esforços em prol dos direitos humanos por parte da *Mesa Ambiental de Jericó* têm sido reconhecidos em nível nacional e internacional. Em 2025, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pela Diakonia e pela Act Church of Sweden com o apoio da Embaixada da Suécia, reconheceu o processo de resistência não violenta em Jericó como a experiência coletiva do ano. A luta dessas famílias de agricultores, centrada na defesa de suas terras contra a mineração em grande escala por meio da mobilização

⁵ A diocese produziu um pequeno livreto para promover os ensinamentos da ecologia integral. O livreto incluía alguns trechos da *Laudato Si'* e do documento assinado por doze bispos dos departamentos de Antioquia e Chocó, citado anteriormente.

pacífica e da educação comunitária, tornou-se um exemplo de dignidade rural na Colômbia e em todo o mundo (Redacción Colombia +20, 2025).

Defesa política

O bispo Londoño argumenta que a responsabilidade pelas consequências da mineração suportadas pela população da região não recai apenas sobre as próprias empresas de mineração, mas também sobre o Estado — as autoridades estatais concederam um total de 1.329 licenças de mineração no Departamento de Antioquia (GDIAM, 2019, p. 12). Conforme ele expressou em uma entrevista: *“A conduta da Secretaria de Mineração de Antioquia... tem sido grosseira e vergonhosa... Antioquia é o departamento com o maior número de concessões (22% do território total possui títulos de mineração em 2021). Se você for à Defensoria Pública e pedir o mapa dos títulos de mineração, perceberá que quase toda Antioquia já foi cedida ou está em processo de ser cedida”* (Zuleta, 2023). Em outra entrevista, ele explica: *“A raiz dos problemas está nas leis de mineração, que são feitas sob medida para as multinacionais. Esse é o cerne da questão, e isso deve ser mudado no Senado por meio de uma lei da República”* (Hernández, 2025). As empresas de mineração que operam na Colômbia se beneficiam de uma legislação que sacrifica o bem comum e a sustentabilidade em prol de lucros rápidos. Como ele observa: *“Quem estiver no poder em Antioquia por quatro anos elabora contratos e assina acordos que duram para sempre”* (Estupiñán, 2022).

O bispo da diocese de Jericó não se opõe à mineração em si, mas sim à forma como a AngloGold Ashanti pretende realizar operações de mineração em uma área inadequada para tal. Conforme ele explica em uma entrevista na TV: *“Mineração, sim, porque sempre precisaremos dela; mas não assim, não com um extrativismo impulsionado por maquinário pesado. Até duzentos anos atrás, não havia problema com a natureza porque a mineração realizada em Fredonia, em Amagá e n⁶, era feita com picareta e pá”* (Londoño, 2026). Ele reconhece a necessidade de uma mineração responsável dentro de um determinado marco legal para impedir que as empresas de mineração explorem as populações locais e critica as leis de mineração que não protegem as pessoas e a terra: *“É claro que a mineração é necessária; nós a utilizamos em nosso dia a dia. Mas o Código de Mineração da Colômbia é ilegítimo, e é por isso que temos empresas como a AngloGold Ashanti, que chegam mentindo para os agricultores, os enganam para realizar sua exploração e seguem em frente como se nada tivesse acontecido”* (Zuleta, 2023). O bispo também está profundamente preocupado com as mudanças sociais provocadas pela mineração industrial em grande escala. Ao trazer mineiros de outras partes de Antioquia, do país e de fora dele, a mineração em grande escala afeta profundamente as estruturas das comunidades locais (Estupiñán, 2022).

O bispo Londoño condena a falta de transparência da AngloGold Ashanti e suas tentativas de manipular o Estado e a sociedade civil. Como ele exclama: *“A empresa chegou mentindo, dizendo que vinha para examinar as montanhas e sugerir culturas. Todo o processo foi conduzido a portas fechadas. Nunca houve qualquer consulta clara com a população. [...] Nos últimos anos, a empresa vem pagando mensalmente à prefeitura. A Câmara Municipal, em grande parte, está do lado da empresa de mineração porque uma parcela significativa dos recursos de campanha da maioria dos vereadores foi fornecida pela AngloGold Ashanti”* (Estupiñán, 2022). Ele costuma repetir uma frase que se tornou popular entre os agricultores: *“Mineração, sim, mas não assim, e não aqui”* (Londoño, 2026).

Jericó é o local de nascimento da primeira mulher colombiana a ser canonizada, María Laura de Jesús Montoya Upegui, uma figura importante para todos os moradores da vila. O bispo relembra o dia em que vários executivos da AngloGold Ashanti tentaram pressioná-lo, oferecendo-se para construir uma catedral de cobre em homenagem a Santa Laura Montoya, a fim de obter seu apoio e sua bênção: *“Naquele momento, o Espírito Santo me inspirou; não disse uma palavra, mas abri a porta e os acompanhei até a saída”* (Hernández, 2025). Desde aquele dia, ele afirma nunca mais ter sido chantageado.

Em consonância com a mensagem final da 92ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Colombiana em 2012 e com a carta pastoral de 2015 (ver seção 1), a Igreja em Jericó defende uma revisão do marco jurídico para que este conduza

⁶ Fredonia e Amagá são dois municípios do departamento de Antioquia, localizados a mais de 40 quilômetros ao norte de Jericó.

a uma melhor proteção ambiental e a maiores receitas para o Estado, a fim de viabilizar o financiamento para a mitigação dos danos ecológicos de longo prazo causados pela mineração. Em outubro de 2024, o bispo Londoño participou de uma reunião no Panamá com quinze bispos da América Latina e do Caribe cujas dioceses foram as mais afetadas pela mineração.⁷ Na reunião, ele afirmou que uma das soluções propostas pela Igreja colombiana é “*uma mudança no código de mineração [...] essa regulamentação atual, que foi elaborada com a assessoria de empresas estrangeiras, favorece a exploração e oferece poucos benefícios ao país*” (Medina, 2024).



O Comitê Ambiental de Jericó também vem fazendo campanha para que as políticas estatais sejam alinhadas aos direitos humanos. Seus membros sabem que, para promover essa mudança, é necessário reunir diferentes forças e diversas organizações sociais. Para isso, eles reuniram vários setores da sociedade em Jericó e Támesis para chegar a um acordo sobre estratégias comuns e colocá-las em prática. Entre outras iniciativas, por meio de publicações e reuniões, eles divulgaram amplamente a ameaça que a mineração em grande escala representa para todo o sudoeste de Antioquia. Trata-se de um esforço coletivo impulsionado pela criação de fóruns permanentes de coordenação e pela participação em outras plataformas da sociedade civil no departamento de Antioquia e em toda a Colômbia. O Comitê Ambiental de Jericó formou um Comitê de Fiscalização Cidadã para monitorar e examinar as atividades da AngloGold Ashanti, além de documentar como a empresa está prejudicando um ambiente saudável, a harmonia social e a participação cidadã – todos direitos humanos. Além disso, mantêm uma comunicação constante e aberta com órgãos governamentais regionais e nacionais, aos quais apresentam suas preocupações e expõem suas reivindicações.

4. Reflexões finais

O caso do projeto Quebradona e as divisões que ele gerou na população representam um desafio significativo para a Igreja Católica e outras organizações que apoiam processos de resistência não violenta liderados pela comunidade. Por um lado, o projeto tem o potencial de criar empregos para trabalhadores não qualificados, bem como de alocar recursos para financiar serviços de educação e capacitação para jovens e melhorar as condições de vida no curto prazo. Por outro lado, como alertaram Deneulin e Montevecchio (2025, p. 5), é preciso ter em mente que, ao perturbarem o equilíbrio ecológico por meio do desmatamento e da poluição da água, do ar e do solo, as atividades de mineração não contribuem para o desenvolvimento humano integral. Portanto, é urgente fornecer às populações afetadas ferramentas para que possam “*questionar as narrativas sobre a criação de empregos e a melhoria social, e expor as estratégias utilizadas pelas empresas para obter consentimento e uma licença social para operar*” (Deneulin e Montevecchio, 2025, pp. 8–9). Nesse sentido, a contribuição da Igreja Católica em Jericó, por meio do acompanhamento, da defesa de direitos e da articulação política, em colaboração com organizações da sociedade civil, é particularmente valiosa.

O projeto Quebradona destacou uma tensão significativa entre, por um lado, o governo nacional – pelo menos no que diz respeito à sua autoridade para conceder licenças ambientais a empresas de mineração – e, por outro, os governos locais do departamento de Antioquia e do município de Jericó. O atual equilíbrio de forças, no qual os governos locais têm procurado favorecer a empresa de mineração, enquanto as autoridades nacionais não concederam licença para a extração de minerais do subsolo, está sujeito a mudanças de acordo com as convicções políticas e os interesses econômicos daqueles que venham a assumir o poder. Há uma necessidade urgente de reformar a legislação de mineração a fim de proteger os direitos das comunidades humanas e da natureza, bem como para prevenir a corrupção. No entanto, o novo governo nacional (2026–2030) parece estar alinhado com os interesses das empresas de mineração estrangeiras, em vez de com o bem comum da sociedade colombiana ou com a preservação do meio ambiente.

⁷ Os resultados das discussões da reunião foram publicados em julho de 2025 sob o título “Orientações Pastorais das Igrejas Católicas diante da Mineração” (CELAM, 2025)

Além de possíveis mudanças no cenário político, que são inerentes a uma sociedade democrática, as ações da Igreja precisam ser voltadas para promover a participação informada da população. Somente quando plenamente informados e formados é que os cidadãos podem tomar decisões adequadas em prol da comunidade humana e de todos os seres que compõem nossa casa comum. A recente chegada de grupos armados à região tornou a participação política da comunidade mais complexa, devido às restrições impostas por eles. Nesse contexto, a Igreja local deve garantir que as relações entre a sociedade civil e o Estado promovam a segurança e o bem-estar da população. Para isso, seria aconselhável que a Igreja local trabalhasse em parceria com os Conselhos Territoriais para a Paz, a Reconciliação e a Coexistência (CTPRC) do departamento de Antioquia e do município de Jericó. Esses conselhos foram criados em 1998 como órgãos consultivos para colaborar com as autoridades locais em todo o país na construção da paz.

Além disso, os representantes da igreja em Jericó devem ampliar o escopo da cooperação em nível nacional para que, além do apoio pastoral e espiritual, sejam apresentadas propostas concretas para a reforma do código de mineração. Também é necessária uma ampla cooperação com outras organizações para um trabalho interdisciplinar, de modo que o apoio emocional e social à população seja facilitado por pessoal qualificado. O trabalho colaborativo com organizações da sociedade civil de caráter jurídico, responsáveis pela defesa dos direitos diante da manipulação da lei pela AngloGold Ashanti para incriminar os defensores da terra — como a Corporación Jurídica Libertad, mencionada anteriormente —, é um precedente valioso que poderia levar a propostas legislativas para alterar a legislação de mineração na Colômbia. A cooperação interdisciplinar também pode ajudar a prevenir e mitigar possíveis danos psicossociais aos defensores da terra e suas famílias, por meio do envolvimento de profissionais de diversos setores da saúde.

O trabalho de defesa da igreja local também precisa ser ampliado para o âmbito internacional, a fim de que se torne mais eficaz e de que as injustiças sociais e ambientais no âmbito local (impulsionadas pela demanda internacional por cobre) se tornem mais visíveis para aqueles que impulsionam a demanda por minerais. Também é necessário formar coalizões amplas para pressionar as empresas de mineração a mudarem suas práticas. No caso de Quebradona, a cooperação Sul-Sul poderia se concretizar por meio da colaboração entre acadêmicos de universidades colombianas e sul-africanas (já que a AngloGold Ashanti tem sede na África do Sul) para pesquisar os efeitos da mineração nos territórios e nas comunidades locais e promover a justiça na legislação nacional e nas relações comerciais internacionais. Nesse sentido, a crescente cooperação entre as Igrejas Católicas do Sul Global representa uma oportunidade significativa para que as Igrejas da Colômbia e da África do Sul fortaleçam os laços de cooperação e ação conjunta diante dos planos da AngloGold Ashanti em Jericó. Essa cooperação ficou evidente recentemente na mensagem conjunta das Conferências Episcopais e Conselhos Católicos da África, Ásia, América Latina e do Caribe por ocasião da COP30 sobre mudanças climáticas (CELAM, FABC e SECAM, 2025), bem como na mensagem divulgada por ocasião da segunda conferência internacional ICARRD+20 sobre reforma agrária integral e desenvolvimento rural (CELAM, FABC e SECAM, 2026).

Embora as irmãs da congregação missionária Madre Laura continuem a acompanhar a comunidade de Jericó — já que sua fundadora nasceu ali —, o bispo Londoño atingiu a idade de aposentadoria, e um novo bispo, Diego Luis Rendón, foi nomeado em julho de 2026. Tais mudanças são parte integrante da vida da Igreja, mas destacam a importância de construir comunidades eclesiais de base sólidas que permaneçam comprometidas com a defesa de seus direitos. Espera-se que o bispo Rendón mantenha a perspectiva da ecologia integral que permitiu ao bispo Londoño inspirar a Igreja Católica local em seu trabalho profético de acompanhamento, formação e defesa em meio às complexidades que cercam a situação da comunidade de Jericó.

Referências

- Abondano, F. 2025. [“Os camponeses de Jericó, na Colômbia, há 15 anos se opõem a um plano de mineração.”](#) *Deutsche Welle Notícias*. 10 de julho de 2025.
- ANM (Agência Nacional de Mineração). 2025. [Boletim estatístico informativo. Mineração em números.](#)
- Aponte, A., Z. Arboleda e V. Barrera, Víctor. 2016. [Meio ambiente, mineração e pós-conflito na Colômbia: os casos de](#)

- [Catatumbo e do sul de Bolívar](#). Bogotá: CINEP.
- Archila, M. et al. 2015. [“Hasta cuando Soñemos”. Extrativismo e Interculturalidade no Sul de La Guajira](#). Bogotá: CINEP/PPP.
- BHRC (Centro de Negócios e Direitos Humanos). 2026. [Navegando por uma encruzilhada global: defensores dos direitos humanos e empresas em 2025](#).
- Bispos de Medellín e Santafé de Antioquia. 2015. [Carta Pastoral sobre a Mineração](#). Medellín, 26 de julho de 2015.
- Censat Agua Viva – CINEP/PPP. 2023. [O Cerrejón sempre vence? Entre a impunidade corporativa por violações dos direitos humanos e a busca por reparação integral em tempos de transição](#). Bogotá: CINEP/PPP.
- CINEP/PPP (Centro de Pesquisa e Educação Popular / Programa pela Paz) e UPME (Unidade de Planejamento Mineiro-Energético). 2024. [As comunidades e sua relação com o setor mineiro-energético no século XXI](#). Bogotá: CINEP/PPP. UPME.
- CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe); SECAM (Simpósio das Conferências Eclesiásticas da África e de Madagascar); FABC (Federação das Conferências Episcopais da Ásia). 2025. [Um apelo pela justiça climática e pela Casa Comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções](#).
- CELAM, FABC e SECAM. 2026. [Terra para a Vida, Terra para a Paz. Um clamor do Sul Global por uma reforma agrária integral](#).
- CEC (Conferência Episcopal da Colômbia). 2012. [A Realidade Atual do Setor Mineiro e Energético. Riscos e Possibilidades](#). Bogotá. 13 de julho de 2012.
- CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe). 2025. [Orientações Pastorais das Igrejas Católicas diante da Mineração](#).
- CNMH (Centro Nacional de Memória Histórica). 2016. [Basta Já! Colômbia: Memórias de Guerra e Dignidade](#). Bogotá: CNMH.
- Comissão Intereclesiástica de Justiça e Paz. 2022. [Carta de Solidariedade com Monsenhor Noel Londoño](#). 25 de agosto de 2022.
- Corporação Jurídica Libertad. 2025. [“diz não à mina e à guerra.”](#) 14 de outubro de 2025.
- Deneulin, S. e C. Montevecchio. 2025. [“A Igreja Católica e a Mineração. Tipos de Respostas.”](#) Sustainability 17(17): 1-14.
- Duarte, C. (org.). 2017. “Dossiê ‘.’” *Controversia* 208.
- Estupiñán, M. 2022. [“A AngloGold Ashanti chegou a Jericó mentindo.”](#) *El Espectador*. 22 de junho de 2022.
- Galvis, E. e E.A. López. 2026. “A atividade econômica no âmbito da ecologia integral.” Em J. Bonilla (org.). [Ecologia integral: uma perspectiva teológica. Dez anos da Encíclica Laudato si’](#). Bogotá: Pontifícia Universidade Javeriana.
- GDIAM (Grupo de Diálogo sobre Mineração na Colômbia). 2019. *Propostas para uma visão compartilhada sobre a mineração em Antioquia*. Bogotá: La Imprenta Editores.
- Giraldo Salazar, 2022. [“territoriais a partir da projeção da mineração de carvão em Cañaverale, La Guajira.”](#) *Controversia* 219.
- Giraldo, C. 2025a. [“A advogada dos 11 camponeses de Jericó denunciados pela AngloGold Ashanti se manifesta.”](#) *El Espectador*. 16 de junho de 2025.
- Giraldo, C. 2025b. [“A Agência Nacional de Mineração negou o pedido de prorrogação à Quebradona. O que vem por aí para Jericó?”](#) *El Espectador*. 2 de dezembro de 2025.
- Giraldo, C. 2025c. [“Os onze de Jericó que venceram o primeiro ‘round’ contra a AngloGold Ashanti.”](#) *El Espectador*. 13-14 de dezembro de 2025.
- Hernández, J.M. 2025. [“Os onze camponeses de Jericó acusados pela mineradora AngloGold Ashanti: ‘nosso único crime é cuidar da água’.”](#) *El País*. 15 de junho de 2025.
- IGAC (Instituto Geográfico Agustín Codazzi). 2024. [Distribuição da terra na Colômbia](#). 9 de dezembro de 2024.
- Rede Iglesias y Minería. 2025. [“AngloGold Ashanti na Colômbia: perfurações clandestinas e perseguição aos camponeses, assim operam as mineradoras”](#). 14 de maio de 2025.
- IPC (Instituto Popular de Capacitação). 2023. [“Água sim, mina não!: o apelo dos moradores de Jericó.”](#) 24 de julho de 2023.
- Landis, A. 2024. [“Em uma vila dividida, agricultores impedem a construção de uma enorme mina de cobre nos Andes colombianos.”](#) *Mongabay*. 29 de maio de 2024.
- Londoño, N. A. 2026. [“Entrevista.”](#) *Amagá Televisión. Jornal El Suroeste*. 5 de maio de 2026.

- Matiz González, M.A. e J. P. Ortiz Fonseca (orgs.). 2025. [“Direitos para quem?: Justiça ambiental e resistências populares diante do poder corporativo.”](#) *Controversia* 225.
- Medina, J., T. Cuenca, C. Serrano e L. Carrillo. 2019. [Mineração de ouro e comunidades locais no sul de Córdoba, na Colômbia. O caso da mina El Alacrán.](#) Fundação Alboan e CINEP/PPP.
- Medina, L. M. 2024. [“Colômbia: Bispo de Jericó defende uma reforma do código de mineração que favoreça as comunidades e o meio ambiente.”](#) *ADN. Notícias CELAM*. 9 de outubro de 2024.
- Montevecchio, C. e S. Deneulin. 2025. [Abordagens católicas à mineração. Um quadro para reflexão, planejamento e ação.](#) South Bend: Universidade de Notre Dame.
- Ortiz, J. e L. Perneth. 2024. “La Guajira: entre a definição de zonas de sacrifício e a proteção integral do território.” Em M. Glave, S. Higuera, L. López e M. Bravo, Mireya (eds.). [Transições, Mobilização Cidadã e Mudanças Institucionais. Lições de territórios com mineração em grande escala no Peru, na Colômbia e no Chile.](#) Lima: Grupo de Análise para o Desenvolvimento.
- Polanía, S. e H.F. Henao. 2022. “A Igreja na Colômbia e os setores extrativos: acompanhamento pastoral com base em uma ecoteologia da paz.” Em C. A. Montevecchio e G. F. Powers (eds.). [Construção da Paz Católica e Mineração. Paz Integral, Desenvolvimento e Ecologia.](#) Pp. 33-44. Nova York: Routledge.
- Redação Colômbia +20. 2025. [“Estes são os vencedores do Prêmio Nacional de Direitos Humanos 2025.”](#) *El Espectador*. 30 de setembro de 2025.
- Ruiz, N., M. Castillo e K. Forero. 2018. [Geopolítica da espoliação. Mineração e violência na Colômbia.](#) Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia.
- Rutas do Conflito. 2024. [“A mineração divide o sudeste de Antioquia.”](#) 10 de janeiro de 2024.
- Salas, M. 2023. [“Bispo de Jericó entre críticas e admiração por sua posição em relação à mineração em Jericó”.](#) *Jornal El Suroeste*. 2 de fevereiro de 2023.
- Sánchez, D. 2025a. [“A ecoteologia que abençoa o campesinato de Jericó.”](#) *Instituto Popular de Capacitação*. 3 de julho de 2025.
- Sánchez, D. 2025b. [“A ruptura de uma família e de uma comunidade com a chegada da AngloGold Ashanti.”](#) *Instituto Popular de Capacitação*. 7 de abril de 2025.
- Sánchez, D. 2025c. [“Onze camponeses intimados pelo Ministério Público por defenderem o território em Jericó.”](#) *Instituto Popular de Capacitação*. 23 de abril de 2025.
- Sánchez, R. 2016. “Prólogo. O neoextrativismo: a caldeira do diabo.” Em A. Ulloa e S. Coronado (eds.). [Extrativismos e pós-conflito na Colômbia: desafios para a paz territorial.](#) Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia e CINEP/PPP.
- Ulloa, A. e S. Coronado (eds.). 2016. [Extrativismos e pós-conflito na Colômbia: desafios para a paz territorial.](#) Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia e CINEP/PPP.
- Urrea, D. e T. Rodríguez. 2014. “Grande mineração e conflito.” Em T. Roa e M.L. Navas (eds.). *Extrativismo, conflitos e resistências*. Bogotá: Censat Agua Viva – Amigos da Terra Colômbia.
- Wallace, E. 2025. [“Famílias separadas, acusações de sequestro e roubo: como os planos para uma mina gigante semearam desconfiança e agitação nas colinas de Jericó.”](#) *The Guardian*. 21 de julho de 2025.
- Zuleta, J. F. 2023. [“Noel Londoño, o padre mais rebelde do país, completou 10 anos de missão em Jericó.”](#) *El Colombiano*. 2 de setembro de 2023.

Citação recomendada

López, Edgar Antonio (2026). “O projeto de mineração de cobre Quebradona, Antioquia, Diocese de Jericó, Colômbia”. En Severine Deneulin e Caesar Montevecchio (coord). *Abordagens Católicas à Mineração: Estudos de Casos*. University of Notre Dame y Laudato Si’ Research Institute, Campion Hall, University of Oxford. <https://doi.org/10.7274/33395647>

Créditos das fotos

Todas as fotos desta matéria foram fornecidas por Environmental Committee of Jerico. Todos os direitos reservados.